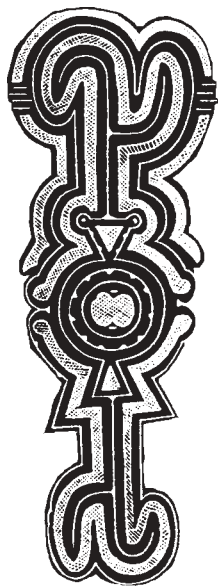


O outro lado do abismo

As perspectivas
Latino-americanas e do Caribe
diante da CMSI





Agencia Intergubernamental de la Francofonía

Agência Intergovernamental da Francofonia

Este livro foi produzido graças ao apoio financeiro da Agência Intergovernamental da Francofonia (AIF - <http://agence.francophonie.org>), uma organização que trabalha para a paz, a democracia e para os direitos humanos e que tem o seu foco no desenvolvimento sustentável e o acesso a informação dentro de um marco de respeito da diversidade cultural e lingüística. O apoio, viabilizado através de seu Instituto das Novas Tecnologias da Comunicação e da Capacitação (<http://intif.francophonie.org/>), cobre as traduções dos artigos, a edição, a impressão e a difusão deste livro assim como a criação do sítio web associado (<http://www.redistic.org/folleto-cmsi>).

A Francofonia foi a promotora de um esforço de colaboração de várias organizações do mundo francófono, hispanófono e lusófono, estabelecendo uma aliança para enfrentar as metas apresentadas pela sociedade da informação em relação com a diversidade cultural. O projeto Três Espaços Lingüísticos (<http://www.3el.org/>) é um âmbito inovador de reflexão para o desenho de novas estratégias de cooperação internacional que permitam reforçar, através do diálogo entre as culturas, a construção de uma cultura de paz, sendo um de seus valores principais o respeito pelas diferenças.

Desta forma a Francofonia contribuiu para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (<http://smsi.francophonie.org/>) e, em complementação de seu papel intergovernamental (ver as contribuições para Cúpula resultantes da Conferência Interministerial de Rabat em http://www.francophonie.org/documents/pdf/declarations/declaration_rabat_esp.pdf) apoiou a participação de atores e atrizes da sociedade civil nas diferentes etapas da Cúpula.

Publicação da "Rede sobre o Impacto Social das Tecnologias da Informação e Comunicação" (RedISTIC)

<http://redistic.org>

Editado em setembro de 2003

Comitê Editorial

Luis Germán Rodríguez, Coordenador (Igrodri@funredes.org)
Fundación Redes y Desarrollo (FUNREDES) Venezuela

Valeria Betancourt (valeriab@apc.org)
Asociación para el Progreso de las Comunicaciones (APC)

Rubén Darío Ibáñez (rdi@ricyt.edu.ar)
Centro REDES

Kemly Camacho (kemly@acceso.or.cr)
Fundación Acceso

Daniel Pimienta (pimienta@funredes.org)
Fundación Redes y Desarrollo (FUNREDES) República Dominicana

Susana Finkelievich (sfinkel@ciudad.com.ar)
INFOPOLIS. Universidad de Buenos Aires

Miguel Saravia (miguel@itdg.org.pe)
Intermediate Technology Development Group (ITDG)

Paulo Henrique Lima (plima@rits.org.br)
Red de Información para el Tercer Sector (RITS)

Rubén Araya (ruben@sociedadcivil.cl)
Universidad Bolivariana de Chile

Diagramação e desenho gráfico Maria Fernanda Sosa.
Ingenium Asesores Creativos

Traduções com a participação da União Latina (<http://www.unilat.org/>)
Colaboração especial de Bellanet (<http://home.bellanet.org/>)

Fotografias Yves Beaulieu. IDRC, 2003

Impresso em Editorial Ex Libris. Caracas, Venezuela.



Associação para o Progresso das Comunicações

Trata-se de uma rede internacional de organizações cívicas que dão poder e assistência a grupos e particulares que trabalham pela paz, pelos direitos humanos, pelo desenvolvimento e proteção do meio ambiente, através do uso estratégico de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), incluindo a Internet.

<http://www.apc.org>



Centro Redes

O Centro de Estudos sobre Ciência, Desenvolvimento e Educação Superior é uma instituição dedicada à pesquisa Interdisciplinar, à docência e à prestação de serviços técnicos, que tem por objetivo a abordagem de problemas relacionados com a ciência, a tecnologia, a inovação, as estratégias de desenvolvimento e a educação superior na Argentina e na América Latina. Ao mesmo tempo, é a sede de coordenação da Rede Ibero-americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT).

<http://www.centroredes.org.ar>



Fundación Acceso

Acceso é uma organização não-governamental de desenvolvimento, com sede na Costa Rica e programas ativos na América Latina.

Oferecemos assistência técnica, habilitação e apoio para o desenvolvimento institucional de organizações locais, nacionais e internacionais que compartilham nosso compromisso com o desenvolvimento equitativo, participativo e sustentável.

<http://www.acceso.org/>



Fundación Redes y Desarrollo

Organismo não-governamental Internacional dedicado à difusão das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nos países em vias de desenvolvimento, especialmente na América Latina e no Caribe, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a integração regionais, colaborando com organismos internacionais, ONGs, Estados e instituições públicas ou privadas interessadas.

<http://funredes.org>

Infopolis

Programa de Pesquisas sobre a Sociedade da Informação (INFOPOLIS), do Instituto de Pesquisas Gino Germani, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires, que aborda temas relacionados com a Sociedade da Informação: e-governo, e-política, TIC e desenvolvimento local, indicadores da Sociedade da Informação na América Latina e no Caribe, apropriação social das TIC, telecentros, redes comunitárias e outros.

<http://www.fsoc.uba.ar/invest/iigg/index.htm>,



ITDG

Trata-se de uma equipe de cooperação técnica internacional que trabalha junto às populações rurais e urbanas com poucos recursos buscando soluções práticas para a pobreza mediante o uso de tecnologias apropriadas.

<http://www.itdg.org.pe/>



Rede de Informação para o Terceiro Setor

Trata-se de uma organização sem fins lucrativos cuja missão é fortalecer as organizações da sociedade civil através do uso estratégico das TIC. Em seus principais eixos de trabalho oferece informação qualificada sobre o terceiro setor, o acesso democrático às TICs e a gestão do conhecimento, promovendo e oferecendo apoio para a articulação de redes e desenvolvendo atividades de corporativismo e advocacia, buscando a promoção de políticas e projetos para a inclusão.

<http://www.rits.org.br>



O Programa "Internet y Sociedad" da Universidad Bolivariana tem por objetivo contribuir para a formulação de políticas públicas que garantam o acesso, uso e apropriação social da Internet por parte dos agentes públicos, privados e da sociedade civil, com o propósito de maximizar o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável. Para atingir seus objetivos, desenvolve atividades orientadas para: incentivar o debate sobre o impacto da Internet na Sociedade; desenvolver capacidades e tornar possível a apropriação social da Internet, além de desenhar e executar projetos-pilotos que facilitem os processos de aprendizagem e a multiplicação das práticas bem sucedidas.

<http://www.ubolivariana.cl/>



Introdução	7
Seção 1: Visões: Posições de princípios e valores que regem a orientação	
1. Trabalhando a Internet com uma visão social <i>Comunidad Virtual Mística</i>	9
2. Cooperação internacional baseada em conhecimento: Nos a queremos? e precisamos dela? <i>Rosa María Torres</i>	16
3. Uma proposta metodológica para medir a transição da América Latina para a Sociedade da Informação <i>Fernando Peirano</i> <i>Carlos Bianco</i> <i>Gustavo Lugones</i>	20
4. Abismo Digital: o que está acontecendo? <i>Daniel Pimienta</i>	24
5. TIC, desenvolvimento e redução da pobreza <i>Susana Finquelievich</i>	26
6. Ideias para repensar a Conectividade nas Áreas Rurais <i>Miguel Saravia</i>	29
7. O acesso da Sociedade Civil à gestão direta de meios de comunicação <i>Gustavo Gómez</i>	34
Seção 2: A Cúpula Mundial Sobre a Sociedade da Informação a partir da ALC	
8. Declaração de <i>somos@telecentros</i> para a cúpula mundial sobre a sociedade da informação <i>Comité Interino de <i>somos@telecentros</i></i>	38
9. A Cúpula Mundial Sobre a Sociedade da Informação vista pelos que trabalham no terreno: Entramos na roda ou criticamos do lado de fora? <i>Daniel Pimienta</i>	39
10. A Cúpula Mundial da Sociedade da Informação: As cartas estão marcadas? <i>Paulo Lima</i>	41
11. Devemos debater sobre o direito à comunicação com mente aberta <i>Marco Navas Alvear</i>	44
12. A Sociedade civil latino-americana ativa diante da CMSI: relatórios dos processos nacionais <i>Valeria Betancourt</i>	47

Seção 3: A sociedade da informação a partir da ALC: Temas e experiências próprias

13. Reflexões sobre a sociedade do conhecimento na Costa Rica <i>Kemly Camacho</i>	51
14. O Haiti na sociedade de informação: mecanismos e condições da apropriação tecnológica <i>Gotson Pierre</i>	54
15. O papel da sociedade civil nos processos de infoinclusão <i>Paulo Lima</i> <i>Graciela Baroni Selaimen</i>	58
16. Comunidades e portais cidadãos: para quê? Reflexões a partir de uma visão social da internet <i>Rubén Araya Tagle</i>	62
17. Os povos indígenas e a sociedade da informação na América Latina e o Caribe: Um marco para ação <i>Isabel Hernández</i> <i>Silvia Calcagno</i>	66
18. Formando Cidadãos para a Sociedade da Informação: A experiência dos Operadores da Rede de Informação Comunitária <i>Rodrigo Garrido</i> <i>Manuel Morales</i> <i>Alejandra Villarroel</i>	69

Reflexões sobre a sociedade do conhecimento na Costa Rica

KEMLY CAMACHO

A Costa Rica foi colocada, no ano passado, no Relatório sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (elaborado pelas Nações Unidas), como um dos países com alto potencial para poder entrar na Sociedade do Conhecimento. Isto se deve, sobretudo, a um baixo nível de analfabetismo, uma extensa cobertura telefônica e elétrica, um programa de informática educativa que funciona há mais de 15 anos – com prioridade para a área rural –, um programa de inglês como segunda língua nas escolas públicas e o investimento estrangeiro na área da tecnologia de grande importância (Intel, que contribui significativamente para o Produto Interno Bruto do país, por exemplo). A Costa Rica também conta com um dos mais altos índices de desenvolvimento de software autóctone da América Latina. Porém, ainda não se vê com clareza o que significa a sociedade do conhecimento e suas implicações para o país. Sem esta reflexão, será muito difícil preparar as condições para uma inserção adequada da Costa Rica e de outros países latino-americanos nesta dinâmica mundial.

Há alguns meses, realizou-se a **Conferência Nacional sobre a Economia do Conhecimento**, na qual se expunham as principais linhas políticas que estão sendo estimuladas para “preparar o país” para a nova economia. Nesta atividade, participaram representantes dos mais diversos setores nacionais. Este documento pretende apresentar alguns pontos para discussão sobre a sociedade do conhecimento e as ações que devem ser empreendidas pelo Estado para sua incorporação.

1. A visão da sociedade do conhecimento: A Conferência antes mencionada enfatizou a necessidade de preparar as condições para que as empresas nacionais possam ligar-se facilmente às empresas multinacionais, devendo facilitar este contato de interação, especialmente com a criação de uma melhor infra-estrutura de telecomunicações.

Não obstante, a sociedade do conhecimento deve ser entendida de forma mais ampla já que, ainda que não implique numa transformação da sociedade capitalista, sendo antes de mais nada um reforço dela, implica em transformações nas estruturas econômicas e sociais fundamentais.

Não querendo mencionar todas as mudanças fundamentais, já que não é o objetivo deste trabalho, é importante destacar que a base desta nova estrutura econômica não é a empresa, como era o caso até há pouco tempo, mas as redes. Isto implica em que a competência individual e empresarial, tanto no tocante ao emprego quanto aos produtos e serviços, já não se desenvolve num mercado nacional ou regional, mas sim num mercado global. Os bens materiais perdem importância nesta nova sociedade, questionando, assim, o conceito de propriedade privada no qual está baseada a riqueza da sociedade capitalista. O que adquire valor é o conhecimento e seu constante desenvolvimento, que se expressa através de novas tecnologias e novos serviços. Assim, as empresas reduzem seus ativos, suas instalações e sua demanda de pessoal permanente, fazendo surgir novas formas de contratação. Isto produz uma redistribuição do trabalho, reduzindo ainda mais as oportunidades na área agro-pecuária, diminuindo também a demanda na área industrial e incrementando-a na área dos serviços e do conhecimento. A proporção de oportunidades perdidas nos setores é difícil de recuperar no setor de serviços e do conhecimento já que a formação requerida para estes novos tipos de empregos é custosa e permanente.

Aspectos como os mencionados anteriormente, que são características fundamentais da sociedade do conhecimento, ainda não se entrevêm nem se discutem no ambiente nacional costarricense, nem nos meios políticos, nas empresas nacionais, nos centros de ensino, nem nas organizações sociais. Um dos aspectos mais importantes sobre o qual deveríamos refletir neste momento é o de criar uma série de discussões nacionais que coloquem em pauta a visão que se tem da nova sociedade, as experiências de outros países e as implicações para seus habitantes.

2. O investimento paralelo: Outro desafio importante de um Estado como o costarricense é o de tentar estimular um investimento paralelo. A maioria dos recursos de que se dispõe para a sociedade do conhecimento está sendo orientada para a criação e transformação da infra-estrutura em telecomunicações. Parte-se da premissa de que “o resto virá mais tarde”. Ou seja, que uma vez estabelecida a infra-estrutura, os demais aspectos necessários para uma boa incorporação à nova organização social se desenvolverá de maneira espontânea, graças à disponibilidade desta infra-estrutura.



Não obstante, não se deve incentivar um investimento paralelo. Os parques recursos devem ser distribuídos entre quatro aspectos muito importantes: a) desenvolvimento da infra-estrutura, b) transformação dos processos de trabalho em todos os níveis, c) transformação da educação escolar, média e universitária, incorporando opções de formação permanente, d) transformação do marco legal e regulador que faça com que o país e seus integrantes se incorporem rapidamente a esta nova ordem social.

a. O desenvolvimento da infra-estrutura de telecomunicações como monopólio do Estado: Um dos aspectos sobre o qual mais se insistiu durante a Conferência Nacional foi a necessidade de eliminar o monopólio estatal no setor das telecomunicações e possibilitar a livre competência para tornar mais eficiente e mais barata a oferta de serviços nesta área. Esta também é uma demanda que está sendo feita à empresa privada de grande porte e às multinacionais a fim de estimular os investimentos.

Contrariamente ao proposto, a empresa nacional estatal que, até o presente momento, encarregava-se da eletrificação, telefonia e, atualmente, das telecomunicações na Costa Rica, deve ser reforçada. A condição satisfatória em nosso país quanto à cobertura e qualidade em eletrificação e telefonia (mais de 90% do território nacional) deve-se justamente a este monopólio estatal. O setor das telecomunicações não deveria ser uma exceção e

o acesso às novas tecnologias deveria ser considerado como um direito do cidadão. A única possibilidade de garantir que as tecnologias do conhecimento sejam um direito do cidadão é que elas estejam sob o controle estatal e que o Estado continue desenvolvendo ações de globalização do acesso à tecnologia. Seria necessário eliminar as travas para agilizar as ações da empresa estatal e permitir que uma parte de seus recursos sejam investidos na pesquisa e desenvolvimento das novas tecnologias.

Esta é uma questão de princípios que não deve ser menosprezada pela pressão que o novo modelo de desenvolvimento, baseado nas tecnologias da informação e comunicação, possa exercer.

b. Os processos de trabalho não podem continuar sendo os mesmos: Outro aspecto que não está muito claro no ambiente político, acadêmico, empresarial e organizacional da Costa Rica é a necessidade imperativa de transformar os processos através dos quais se desenvolvem os produtos e serviços, as ações estatais e a organização geral.

O processo de transformação, criatividade e inovação permanente que implica a sociedade do conhecimento não pode ser compreendido nem percebido no ambiente nacional. Existe a percepção mágica de que a incorporação das novas tecnologias aos processos de trabalho existentes produzirão, por si mesmas, as mudanças. Contudo, é necessário refletir, transformar e reformular as formas tradicionais com as quais são exe-

cutados os processos. Isso implica tempo, esforços, recursos, uma grande disposição e boa atitude para a mudança. Este é o aspecto mais difícil de ser ressaltado e para o qual é mais complicado convencer os diferentes agentes de que é importante investir em esforços.

c. Uma educação que satisfaça para além das necessidades das multinacionais: Um dos aspectos que mais chamou a atenção na atividade foi uma pesquisa realizada para orientar as políticas educativas do país e a satisfação no emprego. Esta se baseava nas necessidades das empresas multinacionais com respeito ao tipo de colaboradores de que necessitam. Em grandes linhas, trata-se de pessoas jovens, com níveis técnicos especializados e um excelente domínio do idioma inglês.

Ainda que se reconheça o bom nível educativo da Costa Rica, não se vê, por parte destas empresas, uma busca de recursos humanos para a pesquisa, a inovação, a criação de novos conhecimentos em meu país. Neste sentido, um dos aspectos mais importantes que deve incidir nos níveis políticos é compreender que a inserção na nova economia significa algo mais que satisfazer somente estas necessidades.

A inserção na nova economia do conhecimento requer novas características na formação dos recursos humanos, diferentes dos processos nacionais. Entre eles, a formação permanente, em vez de uma educação finita. Educação inter e multidisciplinar e não tanto formações específicas e fechadas como as atuais, formação em trabalho em equipes multiculturais, formação para a criatividade, inovação e geração de novos conhecimentos permanentes, excelente uso das novas tecnologias e dos idiomas estrangeiros, preparação psicológica para um mundo de trabalho instável e muito competitivo, de grandes oportunidades, mas com altos níveis de insegurança e estresse. Creio que este último aspecto é sumamente importante na nova formação; assim como os currículos de quase todas as carreiras que, atualmente, contam com algumas matérias de preparação para o trabalho no mundo da empresa ou da organização, os novos currículos deveriam incluir matérias para a preparação ao trabalho à distância.

d. Um marco regulador ágil e flexível: Para aqueles que estão convencidos da importância do Estado como ente regulador do desenvolvimento, um Estado como a Costa Rica, de caráter universalista, garante, em certo modo, a redistribuição dos recursos e a responsabilidade dos que têm menos privilégios.

Não obstante, é claro que com o marco regulador atual, com as leis existentes e com os processos estatais, é muito difícil que a Costa Rica possa ter sucesso em sua inserção na sociedade do conhecimento. Principalmente porque a lentidão com a qual podem ser aprovadas as mudanças e as novas iniciativas não permite a fluidez e agilidade que implica este tipo de sociedade. **O marco regulador atual limita a inovação e a criatividade.**

Por exemplo, é difícil favorecer novas formas de trabalho que inovem e transformem as que se utilizam atualmente para contratar os colaboradores, e nas quais não se percam as garantias sociais ganhas por eles próprios. Deve-se encontrar a maneira de transformar os processos contábeis nacionais que ainda se baseiam nas posses e no haver. É preciso dar apoio ao trabalho em rede e à flexibilidade nele implícita para transformar e retransformar as instituições e empresas que dela participam. Deve existir um marco regulador e um apoio financeiro e de treinamento para a criação de novas pequenas e médias empresas que trabalhem no setor de serviços e conhecimento (atualmente, dá-se prioridade à pequena e média empresa de produção).

O grande desafio reside em saber como criar um marco regulador mais livre e ágil que não perca seu caráter universal e não permita espaços que privilegiem somente os que têm mais possibilidades.

Em conclusão, creio que ainda existe muito pouca clareza sobre o significado da sociedade do conhecimento em meu país, de como seu desenvolvimento vai nos afetar, de como podemos fazer parte dela e de quais são as ações que podemos tomar neste momento para nos preparar para um futuro próximo. Sem esta compreensão, estaremos dando “murros em ponta de faca”, investindo em cabos e computadores, criando sites Web das instituições do Estado, mas sem nenhuma clareza sobre o que significa o salto qualitativo que deve-se ir construindo com o esforço de todos os agentes.

O Haiti na sociedade de informação: mecanismos e condições da apropriação tecnológica

gp@
medialternatif.org.
Haití.
Groupe
Medialternatif.
Julho 2003

GOTSON PIERRE

No Haiti, a partir do momento atual, o conceito de sociedade da informação faz parte do discurso público. Trata-se de uma consequência direta da perspectiva do encontro a ser realizado em Genebra, Suíça, em dezembro de 2003, e em Túnis, Tunísia, em 2005, da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação.

Bem ou mal, os meios de comunicação repercutem os acontecimentos que acompanham o processo de preparação da Cúpula. Apresentam, em algumas ocasiões, reflexões provenientes de encontros realizados no Haiti e no exterior. Às vezes até provocam indagações sobre a atitude das autoridades haitianas, que parecem totalmente inativas, no que se refere à preparação da Cúpula sobre a Sociedade da Informação.

Esta tímida abertura de certas mídias, em termos de informação sobre a questão da Sociedade da Informação, é, em boa parte, devida a um trabalho de sensibilização realizado por alguns grupos ou instituições do setor da comunicação ou das Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação.

Fatos isolados como “a festa da Internet” em abril de 2002 e 2003, organizada pelo Grupo *Médialternatif*, com a participação da Rede Telemática Haitiana para a Pesquisa e o Desenvolvimento (REHRED), as feiras tecnológicas, organizadas há vários anos pelo Grupo *Croissance*, as jornadas de reflexão realizadas pela Rede de Desenvolvimento Durável do Haiti (RDDH), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Agência Universitária da Francofonia e o Escritório Haitiano do Direito do Autor, as “e-jornadas”, lançadas na primavera de 2003 pela organização Arobase e outras atividades deram um tom especial à organização da Sociedade da Informação.

Infelizmente, tais esforços não conduzem –longe disso– a um verdadeiro debate público sobre as vantagens e problemas da Sociedade da Informação. Não estamos nem nos referindo ao desenvolvimento de uma visão haitiana e parcial da questão, que consideraria as especificidades socioeconômicas, sociopolíticas e culturais do país. Digamos que estamos ainda distantes de uma apropriação do conceito.

Tal debate ainda não se desenvolve nem mesmo dentro dos movimentos sociais e dos espaços de luta. Os

atores desses movimentos, ou até mesmo os organismos, utilizam – com maior ou menor eficácia— as NTIC para se informar, se articular a processos mundiais de sensibilização ou de mobilização sobre temas de interesse público ou setorial. Na Plataforma Haitiana de Apologia de um Desenvolvimento Alternativo (*Plate-forme Haïtienne de Plaidoyer pour un Développement Alternatif* – PAPDA, por exemplo, é possível reconhecer o valor estratégico das NTIC.

Entretanto, em geral, a utilização das NTIC só adquire um aspecto prático que não chega a considerar as NTIC como uma porta de entrada na Sociedade da Informação, como um terreno de luta para promover determinado número de valores e de reivindicações, no sentido estratégico, como em “*Movimientos Sociales en la Red*”¹, ou seja, buscando o desenvolvimento das capacidades individuais e organizacionais para fazer passar idéias, para fazer alianças, negociar, resistir etc.

Dos canais de comunicação tradicionais aos NTIC

Entretanto, se voltamos 30 anos, vemos que a problemática de comunicação e de informação sempre foi um problema crucial na sociedade haitiana, pouco alfabetizada e dominada por uma cultura oral. É neste contexto que o rádio passou a ter uma importância capital no decorrer das últimas décadas. Mais de 150 estações de rádio estão distribuídas pelo país, inclusive redes de rádios comunitárias.

Os haitianos desenvolveram, seguramente, uma cultura radiofônica², e o rádio tornou-se a mídia que mais atinge o público, não apenas por causa do analfabetismo, mas também devido ao fraco desenvolvimento das infra-estruturas elétricas e de telecomunicações³, a estrutura geográfica bastante acidentada, assim como ao isolamento das populações locais.

Apesar das dificuldades energéticas, a televisão adquire cada vez mais importância nas cidades e concorre muito com o rádio, sobretudo durante a noite. São 25 as estações que funcionam ou que têm autorização para funcionar através do país.

A imprensa escrita vem se desenvolvendo muito pouco, devido à alta taxa de analfabetismo e às dificuldades econômicas. São dois os jornais editados regularmente na capital: um diário do Estado (*L'Union*) e um diário particular (*Le Nouvelliste*). No decorrer das últimas décadas, várias publicações cotidianas ou semanais desapareceram.

1. Osvaldo León, Sally Burch, Eduardo Tamayo / Agência Latino-Americana de Informação (ALAI), “Movimientos Sociales en la Red”, Equador, setembro de 2001.

2. Ver: Gotson Pierre, “NTIC, Médias et Défense des Droits Humains en Haiti”, <http://www.pancaribbean.com/wacaribe/ntic.htm>, outubro de 2001.

3. As estatísticas oficiais calcularam, em 2000, em 32% o número de lares que dispõem de rede elétrica, particularmente na capital Port-au-Prince. A produção total de eletricidade tende a diminuir e se elevava em 2001 a 440 MWh. Em 2002, o número de linhas telefônicas fixas e celulares era estimado em cerca de 300.000, ou seja, aproximadamente 34 linhas para 1000 habitantes.

4. Ver: Gotson Pierre, “Internet, Radio, Communication Globale et Populations Marginalisées en Haïti”, www.comunica.org/tampa/docs/gotson1.doc, setembro de 2000.

5. Além do conteúdo informacional, a Internet haitiana propõe forte porcentagem de sites culturais e de fóruns de discussão. Estes são, cada vez mais, instalados a partir das comunidades haitianas do exterior e os participantes são, em sua maioria, oriundos da diáspora haitiana. Observadores assinalam que, cada vez mais, as ONGs, as instituições comerciais e as instituições públicas integram a Internet no âmbito de suas atividades de comunicação.

No Haiti, três agências de notícias funcionam de forma ininterrupta, há alguns anos, alimentando o rádio, a televisão e os jornais e aproveitando plenamente da difusão ao vivo. São elas: a *Agence Haïtienne de Presse*, *Haiti Press Network* e *AlterPresse*.

Em geral, por causa da moda, ou não, observa-se – cada vez mais – uma tendência dos meios de comunicação para transmitirem ao vivo – seja o rádio, a televisão ou os jornais. Algumas estações, como – *Radio Vision 2000* e *Radio Solidarité*, transmitem ao vivo na Internet. Outras estações, principalmente *Radio Métropole* e *Signal FM* mantêm uma página de informação. Várias outras estações têm apenas uma página que funciona como site-vitrine.⁴

Os sites de televisão são muito mais raros. As tentativas para manter um espaço regular na Internet, feitas pela *Télévision Nationale*, não foram seguidas. Dos nossos dois jornais, o diário do Estado diversifica sua presença na mídia por uma presença na Internet e os hebdomadários haitianos editados em diáspora (*Haiti-Progress*, *Haïti en Marche*), prolongam suas edições nos sites da Internet.⁵

Entretanto, na maior parte dos casos, não parece que a política de comunicações considere todas as dimensões do fenômeno da Sociedade da Informação.—“A

grande maioria das estações de rádio é mal equipada em material informático. Muito raras são aquelas que põem computadores à disposição de seu pessoal. Em geral, o acesso à Internet é uma iniciativa pessoal dos jornalistas e animadores”⁶.

Assim, de uma forma ou de outra, a Internet é procurada, cada vez mais, como fonte de notícias, tanto no Haiti quanto no exterior. Várias crônicas baseiam-se especificamente em conteúdos da Internet ou multimídia. Às vezes, emissões inteiras são consagradas a esse problema.

Além da questão de acesso

Além dos meios de comunicação, apesar do fraco nível de disponibilidade de recursos no Haiti, a Internet desempenha um papel cada vez mais significativo na vida de muita gente. Muitas pessoas se perguntam, hoje, como poderiam viver sem Internet.

Foi no início dos anos 1990 que os haitianos descobriram a comunicação por computador e o correio eletrônico se impôs durante os três anos do sangrento golpe de Estado militar de setembro de 1991. Em 1993, o REHRED nasceu. Em 1996, surgiram as primeiras possibilidades de acesso à navegação.⁷

O acesso à Internet é oferecido, atualmente, por uma dúzia de provedores privados (ISP), a partir de conexão

6. Ver “Internet, Radio, Communication Globale et Populations Marginalisées en Haïti”

7. Ver: Ives Marie Chanel & Ronald Colbert, “Haïti - technologie: L'Internet Face à l'Archaïsme des Structures”, <http://www.panosinst.org/Haiti/h10-99f.shtml>, Outubro de 1999 (dossiê preparado pelo organism international Panos).





8. RDDH/GSIS, "Enquête sur l'interconnexion des fournisseurs d'accès Internet, septembre octobre 2002", citado no "Plan d'Action pour le Développement des Technologies de l'Information en Haïti" (RDDH/PNUD), dezembro de 2002.

9. Idem.

10. É preciso esclarecer que cerca de 1/8 da população haitiana vive no exterior. Em aproximadamente 8 milhões de haitianos, mais de 1 milhão vive fora do país. A manutenção da comunicação entre os parentes expatriados e os que ficaram no país seria o principal motivo do entusiasmo pela telefonia via Internet, que permite reduzir consideravelmente os custos.

dial-up e através de ondas hertzianas. De acordo com uma pesquisa feita em 2002 pela Rede de Desenvolvimento Durável do Haiti (RDDH), existem em todo o país, 7.000 clientes da Internet, sendo que um cliente pode ser uma instituição, uma família ou uma pessoa física, ou seja, uma clientela acadêmica de 23%, industrial de 23%, doméstica de 22%, comercial (cybercafé), de 19% e comercial (pequenos ISP) de 13%.⁸

A maioria dos internautas (geralmente profissionais, quadros da administração pública, o setor privado, as instituições não-governamentais, os organismos internacionais, os estudantes, secundaristas, professores e jornalistas) moram em Port-au-Prince, mesmo se as cidades da província tenham tendência de se dotarem de espaços de acesso.

O fenômeno mais importante desses últimos anos é a abertura contínua de cybercafés que oferecem acesso à Internet àqueles que não podem comprar um computador nem pagar uma conexão. Cerca de 85% dos cybercafés estão localizados na área metropolitana.

Mesmo em se tratando de acesso doméstico, institucional ou através de centros de acesso, nota-se que certas necessidades como a pesquisa, a troca de mensagens eletrônicas ou de arquivos estão preenchidas. Entretanto, a aplicação mais conhecida é a telefonia. "A telefonia está no topo da lista dos serviços mais utilizados no cybercafé, com uma taxa de 62,6%, apesar do custo médio seis vezes maior"¹⁰, segundo assinala um estudo do RDDH.

Recentemente, um jornalista questionou se esses utilizadores poderiam ser considerados como internautas. Em geral, a pergunta é saber que atitude adota um utilizador haitiano das NTIC e em que medida se sente conscientemente integrado à sociedade de informação, ou que distância crítica poderia tomar com relação aos processos em andamento. Hoje não é possível responder a essas perguntas, considerando que não foi feito nenhum estudo ou pesquisa sobre essas questões.

Porém, o que é certo é que uma necessidade muito grande da educação à abordagem crítica dos processos de comunicação ainda deverá ser preenchida, tanto nos meios socioprofissionais quanto para o público em geral.

De acordo com as observações, o elemento central que falta no Haiti, no momento em que estamos falando de Sociedade da Informação, é um espírito proativo em relação às NTIC. É o que levará os haitianos a utilizar, de modo geral, os novos meios, como faziam com relação aos antigos.

Rádio e NTIC, uma fórmula para a apropriação tecnológica

Um dos setores em que a experiência no Haiti mostrou que as pessoas poderiam passar de uma posição passiva a uma atitude ativa é o setor das estações de rádio comunitárias.

Há nove anos que um movimento relativamente introdutor das estações comunitárias foi criado no

Haiti, no momento em que ocorria a volta à legitimidade constitucional, depois do golpe de Estado militar de setembro de 1991. Era um época de abertura e de retomada da voz do povo, o que favoreceu a emergência de numerosas estações comunitárias de rádio.

Mais de 40, atualmente, estas estações são, muitas vezes, propriedade de grupos de organizações democráticas e populares. Funcionam nas cidades, nos subúrbios e nas aldeias favorecendo, em muitos casos, a participação da população local no debate público e, quando as experiências têm sucesso, favorecendo, também, a gestão material e financeira das estações que são adquiridas pelas comunidades.

Não se deve negar que, infelizmente, algumas dessas experiências, confrontadas aos desafios das conjunturas políticas e aos problemas econômicos e de organização, fracassaram de maneira lamentável, produzindo mesmo o contrário dos resultados esperados.

Entretanto, com base no potencial que mostram alguns desses projetos, foi lançada a idéia de promover a combinação dos meios informáticos e radiofônicos, em busca do acesso das camadas marginalizadas às NTIC¹¹.

As estações de rádio, equipadas com meios telemáticos, teriam, então, de alguma forma, alguns dos papéis assumidos pelos telecentros. Porém, melhor que os telecentros, seus meios de difusão lhes permitiriam atingir populações num raio considerável, oferecendo-lhes serviços práticos, de mensagens, por exemplo, e servindo de canais a um esforço de educação sobre os problemas da comunicação.

Esta idéia não conseguiu a unanimidade entre os intervenientes no setor das NTIC no Haiti. Para alguns, numa perspectiva de alfabetização numérica, é absolutamente necessário conseguir levar a população a uma situação de poder se servir diretamente da tecnologia. Esta corrente calcula que, de uma forma ou de outra, as pessoas devem saber que, futuramente, a Internet fará parte de suas vidas.¹²

Entretanto, o professor Harry Regis, responsável pelo Departamento de Comunicação da Faculdade de Ciências Humanas, acredita que ganharemos muito ao acionar um processo de integração rádio e Internet, que favoreceria o melhor nível de informação das populações locais, o rádio permanecendo como um meio

muito acessível¹³. A incógnita seria, então, organizar o processo de alimentação da Internet e, assim, da rede global, pelas populações locais.

Obstáculos a serem modificados

O professor Regis identifica dois obstáculos para o desabrochar das NTIC no Haiti: a forma de introdução dessas tecnologias e a própria estrutura da sociedade haitiana. O fato de que o desenvolvimento da Internet, no Haiti, seja uma iniciativa praticamente comercial, afasta camadas marginalizadas da população que pensam de antemão que o acesso não lhes é permitido. Por outro lado, a orientação elitista da educação e da sociedade em geral apóia a idéia de que a tecnologia está reservada àqueles que possuem certo nível de educação.

Este é o motivo pelo qual seria necessário desmistificar a tecnologia. O professor Regis pensa, nesse sentido, que o sistema socioeducativo haitiano representa um grande obstáculo à apropriação da tecnologia pela maioria da população.

Por outro lado, no Haiti certos setores acadêmicos pensam que é essencial que o discurso sobre a problemática da comunicação cesse de se limitar às preocupações jornalísticas. É verdade que a situação atual dos meios de comunicação, que sofrem sem parar a pressão política, é bastante precária, com ataques sistemáticos contra os jornalistas e as empresas de comunicação.¹⁴ Porém, ao fazer a pergunta sobre a comunicação, devemos, seguramente, abordar a questão da propagação das idéias e experiências, o acesso ao saber em busca da plenitude democrática, socioeconômica e cultural.

Nesse contexto, o próprio quadro político apresenta um certo número de problemas, na medida em que nenhuma política conseqüente foi definida, a não ser o "laissez-faire". Que responsabilidades pode assumir, nessas circunstâncias, um Estado que não se preocupa com o bem comum e que está preocupado, apenas, com a manutenção do poder?

Porque, como observa o professor Raymond Noël, da Faculdade de Ciências¹⁵, na perspectiva de uma sociedade da informação baseada na capacidade de se comunicar dos haitianos, não podemos fazer economia na transformação das estruturas que favorecem a ignorância e a exclusão.

11. Ver: Gotson Pierre, "Internet, Radio, Communication Globale et Populations Marginalisées en Haiti"

12. Opinião manifestada durante a Festa da Internet, abril de 2002.

13. Idem.

14. Entre o dia 17 de dezembro de 2001 e meados de fevereiro de 2003, cerca de 30 jornalistas fugiram do país por causa das ameaças, de acordo com dados fornecidos pela Association des Journalistes Haitiens (AJH).

15. Jean-Marie Raymond NOËL [Diretor Nacional do Projet Accompagnement d'Haiti dans la Société de l'Information (AHSI)-PNUD], "Aider tous les peuples du monde à communiquer: Sommes-nous prêts en Haiti?", http://www.medialternatif.org/alterpresse/article.php?id_article=503, maio de 2003.

O papel da sociedade civil nos processos de infoinclusão

plima@rits.org.br
graciela@rits.org.br
Brasil.
Rede de
Informações para
o Terceiro Setor
(RITS)
Julho 2003

PAULO LIMA
GRACIELA BARONI

Moro no Brasil, não sei se moro muito bem ou muito mal, só sei que agora faço parte do país e a inteligência é fundamental.

Em 1992, a Cúpula do Rio - ou ECO 92, como foi chamada - fez do Rio de Janeiro o epicentro do movimento ambientalista mundial. Quem não pôde vir perdeu parte do espetáculo, mas uma parte, apenas. O evento da ONU trouxe para o país mais do que discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade - foi, também, o momento que propiciou a chegada ao Brasil da conexão permanente à Internet, pelas mãos de Betinho e Carlos Afonso, com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, para permitir que ativistas e jornalistas do mundo todo pudessem acompanhar em tempo real os eventos da Cúpula do Rio. Chegou e, já que estava, ficou.

Mais de dez anos depois, falamos dos desafios para a real e efetiva assimilação destas tecnologias para o fortalecimento da cidadania, da participação democrática, do aprimoramento das formas de trabalho colaborativas. O tema continua atual - o que significa que avançamos pouco. Nem tanto sob o ponto de vista tecnológico, pois, apesar de o país contar com uma infra-estrutura de Internet que abrange menos de 10% dos municípios brasileiros, para quem pode pagar, há solução. Mas vamos aos fatos. Apenas cerca de 8% da população brasileira conta hoje com acesso à Internet. Ou seja, o país não implementou políticas públicas para universalização do acesso à rede, nem empenhou esforços para um real combate à info-exclusão. Apesar da tradição do uso da rede mundial de computadores no país ter se construído em função de objetivos comuns entre indivíduos que lutavam - e ainda lutam - por ideais sociais e democráticos, a serviço da cidadania, é incontestável que ter acesso, escolher, produzir e disseminar informação é uma impossibilidade para a grande maioria dos cidadãos e cidadãs brasileiros.

Participação, democracia e a Internet no Brasil

A lógica de comunicação na grande rede é feita sob medida para atores sociais, agentes, pessoas que querem se fazer ouvir, publicar, intervir. O próprio modelo de rede é adequado a esta participação: descentralizado, horizontal, de múltiplas conexões e sem limite

espacial. Esta lógica de participação e apropriação social do uso das tecnologias de comunicação e informação tem que ser incentivada. E isso não exige recursos inimagináveis, nem tecnologias mirabolantes. Basta criar modelos simples de utilização que permitam a rápida apropriação por indivíduos de diversas origens e realidades e replicá-los em vários sítios e portais diferentes - fazendo com que a "interferência" do cidadão através da Internet se transforme em fermento de resistência cultural e de pressão política em seu melhor sentido. Usar o virtual para incluir cidadãos e torná-los conscientes de sua importância e possibilidade de intervir - e implementar mudanças.

Em contraste com a realidade de alguns anos atrás, vivemos um momento de clara estabilidade democrática. Isso reforça a oportunidade de aproveitarmos as condições de fortalecimento da participação cidadã, decisiva para transformar regimes formais em democracias efetivas. Aqui está um dos desafios mais importantes das organizações da sociedade civil e não-governamentais: contribuir para canalizar as necessidades das populações, traduzindo anseios e criando instrumentos de participação efetiva, fazendo "elevar" a voz com a proposição de soluções discutidas amplamente com a sociedade. Neste sentido, o ciberespaço pode ser proposto como potencializador de "ágoras" virtuais, momentos no tempo e encontros de interesses e linguagens comuns em que - por intermédio de dinâmicas escolhidas e consentidas coletivamente - as necessidades, vontades, disposições e os talentos de cada elemento de um grupo são postos a serviço do "todo" e pontos de consenso são identificados. A Internet possibilita que a democratização de discursos, problemas identificados e caminhos sugeridos seja instantânea. Mas para isso é necessário que o acesso às novas tecnologias e à www seja universal. Caso contrário, a possibilidade de exercício de democracia através das tecnologias digitais de comunicação e informação é falácia.

Temos consciência de que a universalização do acesso à Internet é, ao mesmo tempo, problema a ser superado com urgência e também luz no fim do túnel, perspectiva de possíveis soluções. De fato, é fundamental ressaltar que, por um lado, a Internet - como existe hoje, no Brasil - vem retratar o agravamento de desigualdades sociais, econômicas e políticas, uma vez que a concentração de renda e acesso a bens como computadores e linhas telefônicas no Brasil é privilégio de tão poucos, que criam-se duas novas categorias sociais: os que

1. A letra do de uma
canção famosa de Seu
Jorge, vocalista de grupo
de Farofa Carioca.



têm acesso à Internet e os que não têm. A distância entre estas duas realidades é o que chamamos de “brecha digital” -de um lado, uma parcela muito pequena da população que transita num universo novo de mil possibilidades. De outro, uma parcela imensa que só ouve contarem sobre a nova realidade.

Entretanto é inegável que a Internet oferece novas possibilidades de participação. Um exemplo é o fortalecimento de iniciativas locais, que tomam outras dimensões quando multiplicadas entre os diversos atores de uma rede regional ou nacional: a reafirmação de identidades, de culturas, a valorização do conteúdo local através do compartilhamento de valores de uma determinada comunidade com o mundo; a possibilidade de qualquer indivíduo se informar sobre processos que lhe dizem respeito e participar da sua condução; o compartilhamento de desafios e talentos – são inúmeras as possibilidades. É como nos estimula Norberto Bobbio, em texto onde analisa a democracia representativa e as perspectivas da democracia direta: “Para que exista a democracia direta no sentido próprio da palavra, isto é, no sentido em que direto quer dizer que o indivíduo participa, ele mesmo, nas deliberações que lhe dizem respeito, é preciso que entre os indivíduos deliberantes e a deliberação que lhes diz respeito não exista nenhum intermediário”. Em palavras ainda mais claras, é preciso ter como desafio partir da democratização do Estado à democratização da sociedade.

O momento é este: a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação

É urgente que, cada vez mais, a luta pela infoinclusão e o uso estratégico das Tecnologias de Informação e Comunicação sejam temas incorporados pelas orga-

nizações não-governamentais como uma das questões políticas da hora. Afinal, no final de 2003 realiza-se em Genebra a primeira etapa da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (a segunda acontece em Túnis, 2005). Governos e empresas estarão reunidos - a convite da União Internacional das Telecomunicações, da Unesco e da OIT -para discutir um novo modelo de sociedade- a Sociedade Informacional, como querem alguns, ou, em termo mais corrente, a Sociedade da Informação.

É evidente que o momento exige uma articulação rápida entre as organizações da sociedade civil para garantir a inclusão dos seus temas na pauta da Cúpula, bem como sua presença e direito de participação em termos de igualdade com governos e empresas. Todos os passos neste processo são estratégicos e é fundamental que a sociedade civil organizada esteja preparada para lançar um olhar crítico - mantendo um posicionamento cooperativo - sobre as disposições das Nações Unidas.

Sejamos objetivos: o cenário que temos diante de nós não é surpreendente e tampouco animador. Lidamos com a forte possibilidade de que a Cúpula da ONU seja um evento em que governos e empresas sentam-se para discutir o que é bom para o mundo, em termos de telecomunicações e novas tecnologias - tomando por “bom” aquilo que serve para o fortalecimento dos mercados e da lógica neoliberal. Se deixarmos a conversa tomar corpo apenas neste âmbito, o que vai restar para as populações menos favorecidas (onde se incluem todos os que não são homens, brancos, com nível superior, alto poder aquisitivo e provenientes de países ricos ou, pelo menos, consumidores de suas

rebarbas)? Mais uma vez, a constatação da exclusão. Cabe a nós - organizações da sociedade civil, não-governamentais, ativistas, cidadãos - mudar o rumo desta conversa e incidir sobre a agenda da ONU. Mas isso não acontece sem mobilização, sem vontade, sem a apropriação desta temática pelas organizações como um problema seu, um problema das comunidades a que seu trabalho se dirige, um problema do país. Repetimos: o tempo urge. O processo está em andamento. No mundo todo estão acontecendo encontros preparatórios, estão sendo propostas agendas, estão sendo organizados grupos e estratégias de intervenção - tanto por parte do setor privado quanto por parte da sociedade civil. E quanto ao Brasil? As organizações da sociedade civil e os movimentos sociais estão preparados para estes eventos?

Valores compartilhados - informação livre, oportunidades iguais, controle cidadão

Há duas preocupações principais compartilhadas por organizações sociais e redes de diversos países, em relação à Cúpula: acompanhar os processos preparatórios para garantir a participação das organizações da sociedade civil e de ativistas no evento da ONU e incidir sobre a sua pauta, ambas balizadas pelo mesmo princípio: que os direitos humanos e o desenvolvimento devem ser a base das discussões levadas na Cúpula.

Entre os temas defendidos pelas organizações estão a questão da infoinclusão, que abrange acesso universal efetivo, educação para o uso das TICs, entre outros fatores; a diversidade cultural; a inclusão sob perspectiva de gênero, raça e etnia, garantindo a todos os grupos sociais igualdade de oportunidades na sociedade da informação; o uso do software livre; a importância da produção de conteúdos locais; governança; censura na Internet; além do debate acerca de outras questões mais teóricas, como o próprio conceito de Sociedade da Informação e a proposta de que a informação e a comunicação são direitos e não mercadorias. Há muitos outros temas - entre eles, alguns abrangem aspectos mais técnicos que também dizem respeito às ONGs e às populações excluídas, como custos de serviço e conectividade. Como afirma Carlos Afonso, em texto publicado pela APC:

“(...) há temas que afetam quase todos os países do Sul - e alguns deles são tecnicamente complexos, requerendo a respectiva ‘expertise’ para o acompanhamento e a formulação de propostas. Um deles se refere aos termos de intercâmbio nas interconexões de dados em nível internacional, assim como os custos de serviços de conectividade em cada país. De fato, segue acontecendo uma transferência massiva de recursos dos países do Sul para as grandes operadoras de espinhas dorsais (backbones) de Internet dos Estados Unidos.

Tal como está configurada a infra-estrutura de Internet até os dias de hoje, não é possível movimentar dados na mesma sem que haja pelo menos uma consulta a servidores de diretório (os servidores raiz operados pela ICANN) nos EUA. Para isto, não é necessária uma conexão física direta entre o país onde está o usuário com os EUA, mas tem-se que utilizar de algum modo os *backbones* norte-americanos para esse serviço. Some-se a isso o fato de que a imensa maioria dos serviços internacionais de indexação de informação, além de 70% do conteúdo, está em servidores norte-americanos - ou seja, não se concebe, no estado em que está a rede hoje, operar a Internet em qualquer país sem que haja conectividade direta ou indireta com os EUA”.

Como se percebe, as questões técnicas - embora para alguns pareçam distantes da realidade e dos interesses imediatos da maioria das ONGs - determinam a possibilidade (ou a impossibilidade) do livre intercâmbio de informações, autonomia e soberania dos países. Não se pode perder de vista estas questões. É tarefa de todos que trabalham pela defesa da democracia e no combate às desigualdades sociais exigir o controle cidadão sobre o uso das tecnologias de comunicação e informação, principalmente no que diz respeito à Internet. A tomada de decisões neste universo - seja em que âmbito for - deve necessariamente levar em consideração os anseios, as necessidades e prioridades dos cidadãos, em qualquer território. É preciso levar em conta que o indivíduo que faz uso das tecnologias de comunicação e informação não se transforma instantaneamente em usuário - continua sendo cidadão, desta vez em um espaço ampliado para além da territorialidade. A participação em projetos e programas de infoinclusão, acesso universal e - para os que já estão presentes na rede - governança e direitos na Internet é condição fundamental para a construção democrática de uma sociedade da informação verdadeiramente para todos.

Experiências concretas no Brasil - o que está dando certo, o que não deu...

Foi editado, em agosto de 2000, o decreto que dispõe sobre a regulamentação do Fust - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000. O Fust foi instituído com o objetivo de proporcionar recursos para a universalização de serviços de telecomunicações, segundo as metas que constam no PGMU, Plano Geral de Metas para Universalização, do Serviço Telefônico Fixo Comutado. A única política pública em âmbito nacional voltada para a universalização do acesso à Internet no Brasil, o Fust foi, durante algum tempo, esperança para aqueles envolvidos com a questão da democratização do acesso às novas tecnologias no país. Mais de dois anos depois, bilhões de reais recolhidos, o Fust é sinônimo de desencanto. Os recur-

sos acumulados com o recolhimento de 1% do faturamento bruto das empresas de telecomunicações foram contingenciados, em nome sabe-se lá de quê. O fato é que dinheiro havia - e há -, mas nada foi feito. Falta de transparência e de controle cidadão, trâmites no Legislativo em função de arbitrariedade nos processos de tomada de decisão quanto à utilização dos recursos - houve de tudo. Menos um programa efetivo de infoinclusão no país. O futuro do Fust permanece um mistério, assim como permanece a esperança em seu bom uso por parte da administração pública federal, em tempo próprio. Enquanto isso, iniciativas pontuais de infoinclusão dão certo - e dão frutos.

Bom exemplo são as diversas experiências de implantação de telecentros no país. Espaços públicos onde o acesso à Internet é gratuito ou muito barato, onde as pessoas são educadas para utilizarem as ferramentas de comunicação e informação e conscientizadas sobre as possibilidades cidadãs de seu uso, os telecentros têm se mostrado uma alternativa eficiente para a superação da brecha digital.

Projetos de sucesso como o da prefeitura da cidade de São Paulo mostram no dia-a-dia como pode ser frutífera a articulação entre governo, ONGs e iniciativa privada no processo de combate à exclusão digital. Instalados em comunidades pobres da capital paulistana, os telecentros têm sido espaços de afirmação de novas possibilidades para as pessoas e para as comunidades. Ali estão sendo formados cidadãos críticos quanto ao uso das TICs e da Internet, que podem se apropriar da tecnologia incorporando a ela um significado - acesso a mais oportunidades de trabalho e renda, acesso a serviços públicos, produção de conteúdo, estampando na rede a marca de sua cultura e sua realidade, comunicando-se com seus pares (ou díspares). A participação da comunidade na implantação e na condução das atividades dos telecentros, a parceria com organizações não-governamentais atuantes nas comunidades e a valorização dos saberes locais, das pessoas e das culturas permitiu a superação de desafios - tais como os altos índices de violência em algumas regiões onde estão os telecentros - e a verdadeira incorporação desta nova realidade ao universo de cada comunidade. Mais do que infoinclusão, tem sido possível a inclusão social - e é só assim que o acesso às tecnologias e seu uso fazem sentido.

Exemplos, há outros. Projetos como o ComUnidade Brasil, iniciativa conjunta do Programa Comunidade Ativa, da Comunidade Solidária; da Unesco; da Secre-

taria Executiva do Governo Eletrônico; da Agência Eletrônica; do Programa Nacional Paz nas Escolas (Secretaria de Estado de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça); e do Plano de Prevenção da Violência Urbana (PIAPS, coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República) estão levando propostas de inclusão digital aos mais diferentes rincões - neste caso, o piloto foi implementado no município de Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso. Já no Rio de Janeiro, a RITS instalou no final de 2002 um telecentro na comunidade de Santa Marta, em parceria com o Grupo ECO - organização social que atua há 24 anos naquela localidade.

Além dos exemplos brasileiros, é importante olhar ao redor e conhecer propostas interessantíssimas que estão sendo levadas em diversos países da América Latina. Uma boa maneira de ter uma noção sobre um conjunto de iniciativas de infoinclusão na região, especificamente através da implantação de telecentros, é conhecer o trabalho do consórcio (www.telecentros.org) coordenado pela Fundação ChasquiNet, de Quito, Equador, e apoiado pelo Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento (IDRC), do Canadá. Esta comunidade virtual reúne experiências de 16 países da América Latina e do Caribe, num total de aproximadamente 1.500 telecentros.

Conclusão

A sociedade da informação está aí, a despeito de quem pode ser considerado como incluído nesta realidade ou não. As possibilidades que ela encerra são encantadoras ou aterradoras, e a distância entre conhecer uma possibilidade ou outra depende de que prioridades serão estabelecidas na condução das sociedades e das relações entre as pessoas. É ingenuidade esperar que as forças e interesses dominantes, que têm conduzido o rumo da história, se ocupem de defender direitos humanos e de cidadania, seja sob que paradigma for. Por outro lado, também é ingenuidade pensar que se opor a estas forças seja um exercício inútil ou uma responsabilidade que compete a quem detenha conhecimentos específicos ou trabalhe em projetos diretamente vinculados à tecnologia e à Internet. Lutar por uma sociedade da informação onde todas as pessoas tenham iguais oportunidades de acesso a informação, conhecimento, canais e oportunidades de expressão cabe a cada cidadão e cidadã do planeta. Nunca é demais lembrar que a sociedade da informação somos nós, seres humanos, sem os quais não há rede possível.

Comunidades e portais cidadãos: para quê? Reflexões a partir de uma visão social da internet

RUBÉN ARAYA TAGLE¹

Os portais e as comunidades virtuais, tal como os conhecemos hoje, constituem entidades recentes no universo da Web. A popularização destes conceitos teve uma grande influência nos discursos e ações no âmbito da denominada “*Internet cidadã*”², onde costumam ser concebidos como ferramentas que podem oferecer respostas ao que muitos consideram ser o segundo problema-chave a ser resolvido depois da “conexão ao sistema: o *“déficit na infoestrutura social pública”*”. Não obstante, o grande entusiasmo despertado por estes instrumentos, impregnado de certo *determinismo* que costuma confundir as características tecnológicas com possíveis formas de uso e implementação, parece esquecer que por trás dos computadores e dos sistemas de telecomunicações, há agentes concretos e estruturas de poder e exclusão social. É neste contexto que, a partir da sociedade civil, surgiram visões críticas que questionam certos aspectos da concepção e design destes meios, apresentando a necessidade de subordinar qualquer consideração, no tocante à sua pertinência e relevância, a *uma análise prévia dos resultados, efeitos e impactos sociais que podem ser atingidos através deles*, bem como das *necessidades, condições e suposições a partir das quais isso possa ser considerado realizável, viável e desejável*.

Desta forma, a questão das comunidades e dos portais cidadãos se enquadra numa discussão mais global acerca do sentido das iniciativas e políticas públicas nas quais estão inseridos, o que leva à formulação de questões como: *Quais são as necessidades e propósitos para os quais estes portais sociais ou cidadãos contribuem e/ou poderiam contribuir? De que maneira poderiam converter-se em ferramentas úteis para apoiar ações e processos infocomunicacionais concretos no âmbito cidadão? Como e em que condições poderiam ajudar a melhorar a inclusão digital e, assim, contribuir para o desenvolvimento social e o fortalecimento da democracia?*

Abismo informacional ou direito à informação e à comunicação?

Para situar estas questões num plano de *análise das políticas públicas*, convém dar uma olhada mais geral na *infoestrutura social pública* e em suas formas de concepção como objeto político, considerando tanto

os princípios quanto as ações nela envolvidas. Para isso, adotamos como pedra angular as premissas da denominada “*visão social da Internet*”², na qual se questiona o conceito de “*abismo digital*” afirmando que *o problema de fundo na exclusão tecnológica se encontra nos abismos sociais, econômicos, políticos e culturais existentes dentro e entre as sociedades*.

Examinando as principais experiências e debates relacionados a este tema, é possível distinguir duas correntes ou visões principais³:

- Uma **visão dominante** que considera que o principal desafio é o *abismo informacional* que se manifesta como um *déficit no desenvolvimento da infoestrutura social de caráter público*. Por isso, sua prioridade está centrada na *promoção do desenvolvimento e produção de conteúdos, serviços e aplicações social e culturalmente relevantes para a população*, tendo como princípio diretor a “*universalização do acesso à informação pública e aos serviços do cidadão*”, com ênfase *nos setores mais vulneráveis ou excluídos da sociedade*. O pressuposto que se encontra por trás é que, uma vez gerada a *infoestrutura social pública*, surgirão condições para que as pessoas possam aproveitar equitativamente as vantagens e os benefícios que envolvem o acesso à Internet, melhorando suas possibilidades de acesso à educação, à informação e ao conhecimento, aumentando suas oportunidades laborais e econômicas, e facilitando sua participação em assuntos públicos de suas comunidades.
- Uma **visão alternativa** que assinala que por trás deste *abismo informacional* existe uma *situação estrutural de dependência e subordinação* cujas causas sociais, econômicas, políticas e culturais são as mesmas que dão origem ao *abismo digital*. Esta situação se expressa em desigualdades sociais quanto às *capacidades de acesso, uso e apropriação dos meios de informação e comunicação* que, por sua vez, induzem a um desenvolvimento das TIC, da informação e das comunicações em geral *hegemonizado pelos interesses e perspectivas dos grupos dominantes* que concentram em suas mãos sua propriedade e controle. Por isso, a prioridade deve ser dada em *propiciar o acesso participativo, universal, democrático e inclusivo à informação e às tecnologias e meios de comunicação*, tendo como princípio diretor a “*universalização dos direitos à informação e comunicação*”⁴, com ênfase na *proteção e ampliação do domínio público*. Sob este enfoque, assume-se que o *abismo informacional* deve ser atacado de forma

1. Pesquisador Social, Criador de Softwares e Diretor de Múltiplos. Coordenador Executivo dos portais cidadãos sociedadcivil.cl e ong.cl, Diretor de Projeto de software colaborativo “Interacción Virtual”, Pesquisador e docente da Universidad Bolivariana do Chile.

2. A “visão social da Internet” é um enfoque alternativo desenvolvido coletivamente por múltiplos pesquisadores e ativistas da América Latina e do Caribe, no âmbito de um processo de reflexão sobre o tema do abismo digital, da sociedade da informação e do impacto social da Internet. Este enfoque defende que para que as TIC e a Internet possam contribuir para o desenvolvimento social e para reduzir os demais abismos sociais, é preciso avançar simultaneamente tanto no acesso equitativo quanto no uso consentido e na apropriação social destas tecnologias, e não só no incremento da conectividade. Ver “Trabalhando a Internet com uma visão social”, Documento coletivo da Comunidade Virtual MÍSTICA para o projeto OLÍSTICA, http://funredes.org/mistica/castellano/ciberoteca/tematica/esp_doc_olist2.html.

3. Esta análise adota e amplia o desenvolvimento proposto em: Martínez Juliana, “Visión social de la Internet y políticas públicas: Ideas para debatir estrategias de incidencia desde la sociedad civil”, Fundación Acceso, Agosto de 2000, <http://www.idrc.ca/pan/panlajulaant.PDF>.



conjunta com os demais abismos que impedem o acesso, uso e apropriação social equitativa e solidária destas tecnologias e meios para, assim, romper este círculo vicioso.

Ao contrastar ambos os enfoques, constatamos que, ainda que a *universalização da informação pública e dos serviços do cidadão* seja um aspecto relevante, não se trata, indiscutivelmente, de um princípio em si, mas somente de um meio. Além disso, é evidente que a mera disponibilidade de conteúdos e serviços “para” a população não é nem pode ser suficiente para conseguir transformações significativas frente à situação de desigualdade em matéria de apropriação social dos meios e das tecnologias, de maneira que o enfoque de desenvolvimento “de cima para baixo”, tal como é definido atualmente, em última instância só reproduz o *abismo informacional*, não garantindo seu caráter democrático, participativo, inclusivo e universal.

A partir desta diferença quanto ao problema e aos princípios, ambos os enfoques também seguem caminhos diferentes na hora de propor **ações**:

- Para a **visão dominante**, as ações a serem empreendidas estão relacionadas com o *desenvolvimento de serviços eletrônicos orientados aos cidadãos por parte dos organismos e instituições que administram, gerenciam e provêem informação e/ou serviços de caráter público*. Também se cogita a necessidade de levar a cabo *ações de comunicação educativa orientadas para facilitar o acesso e uso massivo por parte*

4. Esta perspectiva está sendo enfocada e debatida no âmbito da “Campaña por los Derechos de Comunicación en la Sociedad de la Información” (CRIS). O site web deste movimento encontra-se em <http://www.crisinfo.org>.

da população dos conteúdos e serviços disponíveis, bem como promover o desenvolvimento de portais e outros meios digitais locais que permitam dotar os telecentros e demais iniciativas de infocomunicação comunitária de uma infoestrutura social básica, de acordo com as necessidades e interesses de suas comunidades.

- Para a **visão alternativa**, estas ações não são e nem podem ser suficientes para resolver os problemas de base. Assim, enquanto na visão dominante os usuários são vistos como *receptores, beneficiários, clientes ou consumidores* de informação e serviços, na visão alternativa defende-se que, para que estes instrumentos possam servir *para o empowerment e desenvolvimento humano*, é necessário que eles mesmos *possam ser objeto de intervenção por parte daqueles que os utilizam*. Assim, os esforços devem ser orientados para garantir *as condições para que as diversas pessoas, grupos e comunidades possam participar ativamente da administração e controle das tecnologias, dos meios e recursos de informação e comunicação, assumindo papéis como emissores, produtores e criadores, tanto individual quanto coletivamente*. Para tanto, é necessário delinear estratégias mais integrais de intervenção que incorporem um conjunto amplo de ações, entre as quais podemos assinalar:
- Fortalecimento da área pública através da criação de bens coletivos globais que garantam o acesso universal à informação e comunicação.

- Promoção de redes e coletivos eletrônicos sem fins lucrativos que assegurem a produção e circulação aberta, plural e diversa de informação e conteúdos relevantes para o desenvolvimento humano.
- Promoção de iniciativas de participação “de” e “para” a comunidade que incluam o uso tradicional e inovador da comunicação e de ferramentas de administração de informação, especialmente a nível local.
- Ações educativas e de habilitação que permitam superar as barreiras técnicas, culturais e lingüísticas para o uso e apropriação social das tecnologias e meios de informação e comunicação, e que contribuam para desenvolver novos imaginários tecnológicos e capacidades sociais a partir das identidades e perspectivas culturais locais, regionais e nacionais.
- Promoção do desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação alternativas, abertas e livres, que permitam coletar e integrar os saberes tecnológicos e as práticas comunicativas das diversas comunidades e grupos.

Neste enfoque, entende-se também como uma necessidade prioritária a participação ativa nas ações, tanto a nível da execução quanto do próprio design e avaliação, de diversos agentes que, na visão dominante, assumem um papel principalmente secundário ou subordinado, como são: as organizações da sociedade civil, os governos locais, a micromídia e as rádios comunitárias, os telecentros, os setores acadêmico e educacional e o setor privado sem fins lucrativos, entre outros.

Portais e comunidades virtuais para uma Internet cidadã.

Existem muitas definições e descrições diferentes sobre o que são portais e comunidades virtuais, sendo que a maioria delas está centrada na enunciação e tipificação dos conteúdos e serviços oferecidos a seus usuários. Não obstante, o que a maioria destas definições esquece é que os portais e as comunidades virtuais realmente existentes são *meios eletrônicos de intermediação social* que, além das potencialidades teóricas da tecnologia, foram deliberadamente desenhados e modelados como aplicações para certos fins.

Isto significa que não são neutros nem transparentes, pois levam implícitos em suas concepções diferentes *modelos de organização e interação social*, sendo que os mesmos definem estruturas de papéis, normas e mecanismos de controle que, por sua vez, estão vinculados a diversas tramas nas relações sociais entre os agentes sociais do mundo real. Assim, conclui-se que o enfoque e as opções que se adotem, implícita ou explicitamente, para compreender e organizar os espaços onde se usem estas ferramentas, terá profundas implicações e conseqüências tanto na concepção e no próprio desenvolvimento dos artefatos tecnológicos, quanto nos resultados, efeitos e impactos sociais que

5. Muitas experiências que não conseguiram os resultados esperados, cometeram o erro de transplantar atividades humanas no mundo digital sem considerar a complexa relação existente entre o mundo social e o espaço virtual, pretendendo, em grande parte, subordinar o primeiro a o segundo.

6. Uma análise sobre este tema pode ser encontrada em: “El Papel del Ciudadano y de las OSC en el -Gobierno: Un estudio de gobierno electrónico en ocho países de América Latina y el Caribe”. K. Reilly - Raúl Echeverría. APC, 2003.

se poderão atingir com eles, delimitando a utilidade que poderão ter em relação a determinadas políticas ou estratégias⁵.

O enfoque que prevalece nos portais comerciais mantém uma estreita relação com o paradigma liberal e com a lógica de mercado, enfatizando a implantação de modelos de negócio a partir de uma concepção individualista sobre o que é social (os públicos como multidões de indivíduos atomizados), um enfoque que privilegia o quantitativo em detrimento do qualitativo (atrair a máxima audiência possível), com uma inclinação racionalista acentuada (segmentar, diferenciar e identificar os usuários com conteúdos e serviços específicos) e uma visão instrumentalista da ação (reter e fidelizar os usuários entregando-lhes algo em troca).

Muitas comunidades e portais que abordam aspectos relacionados com o desenvolvimento social e o interesse público tentaram explicitar sua diferenciação com respeito ao enfoque anterior, propondo a noção de uma “Internet cidadã” como espaço alternativo à “Internet comercial”. Nesta linha, encontramos tanto experiências estatais quanto experiências do amplo espectro da sociedade civil, além de uma grande quantidade de pequenos projetos e iniciativas a nível comunitário. Contudo, a pluralidade de modelos e a própria polissemia do conceito de *ciudadania* dificultam a possibilidade de encontrar elementos e sentidos comuns entre elas.

Na maioria dos portais do setor estatal predominam os enfoques *assistenciais* e *universalistas*, centrados no fornecimento de serviços públicos eletrônicos aos cidadãos e, em menor escala, em aspectos como a oferta de informação pública visando à transparência e exibição de contas, e à geração de canais fechados de comunicação individual entre os cidadãos e o governo⁶. Estes modelos soem enfatizar a noção de *e-governo* por cima da de *e-democracia*, combinando modalidades de organização interna baseadas na constituição de redes inter-governamentais (o *Estado-Rede*), com modalidades tradicionais e burocráticas de relação com os usuários a partir de estruturas hierárquicas e esquemas centralizados de controle e comunicação. Este enfoque partilha com o dos portais comerciais uma concepção individualista das pessoas entendidas mais como *clientes* que como *cidadãos*, o que se traduz por uma lógica “prestador de serviço-usuário”.

Por sua vez, no âmbito da sociedade civil, existe uma grande variedade de experiências em torno a portais, comunidades e redes que desenvolveram alguns modelos alternativos, nas quais se sobressaem os hábitos para construir comunidades práticas, criar canais de mídia alternativos e organizar campanhas políticas⁷. Os enfoques utilizados foram os mais diversos, tendo em comum o uso de uma lógica cooperativa que se

orienta para a geração de estruturas mais horizontais e de esquemas descentralizados e distribuídos de comunicação e controle, com modalidades coletivas e flexíveis de relação que combinam a interdependência com a autonomia de cada uma de suas partes.

Onde situar “o cidadão”? Em sua configuração atual, o *âmbito cidadão* abarca todos os espaços e dimensões nos quais se *constroem as agendas públicas* e se *tomam as decisões sobre temas públicos*, cruzando os cenários local, nacional, regional e global, e implicando em diversos níveis a todos os agentes sociais concretos dos diferentes setores que intervêm nesta área (setor estatal, privado e sociedade civil). A partir desta aproximação, podemos definir em termos genéricos os *portais e as comunidades virtuais cidadãos* como *espaços virtuais coletivos constituídos socialmente com o propósito de intervir nas esferas públicas*. Assim, a finalidade destes espaços seria contribuir para a *geração de efeitos sociais e/ou políticos no mundo real*, sendo que um aspecto central é que aqueles que deles participem devem ser *cidadãos e agentes sociais concretos* com relações e interesses nestes espaços, para que suas *interações virtuais* possam ser traduzidas como *harmonizações, práticas e ações em espaços não virtuais*. Segundo esta definição, nem todos os portais e comunidades virtuais pertencentes à chamada “Internet cidadã” seriam, em seu sentido mais restrito, “cidadãos”. E há muitos outros que seriam incluídos nesta categoria, ainda que, a partir de um enfoque tradicional sobre a *esfera pública*, pareceriam aproximar-se mais do âmbito privado para abordar as necessidades e interesses de minorias e subgrupos. O elemento-chave para a diferenciação encontra-se na *conectividade social* que estes meios tornam possível através de seus modelos de gestão, entendida como a *capacidade de articulação coletiva e de incidência nas realidades concretas*.

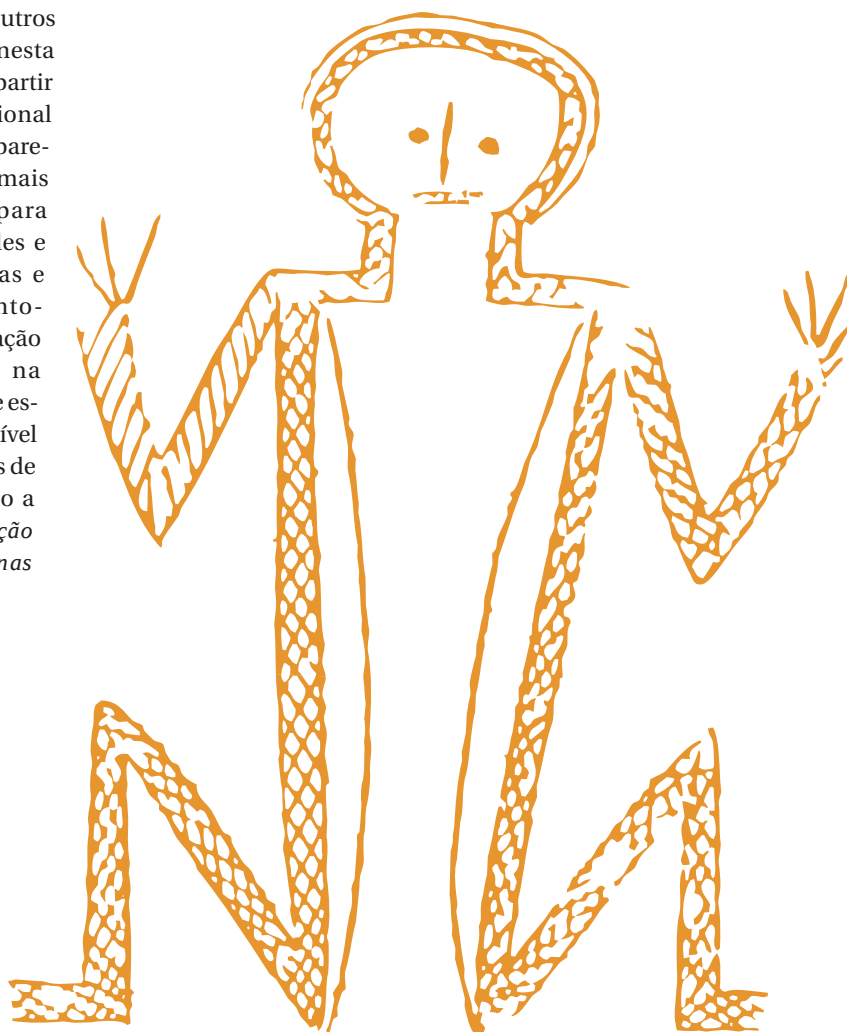
7 Uma caracterização de algumas destas experiências pode ser vista em: “Comprender los portales de la sociedad civil: contenidos en línea y modelos comunitarios para el sector de OSC”, M. Surman. APC, 2002.

Os portais e as comunidades virtuais cidadãos esboçam-se como ferramentas de grande valor estratégico para *propiciar o desenvolvimento de uma infoestrutura social, pública, democrática, participativa, inclusiva e universal*, na medida em que possam *contribuir para coordenar ações e articular conversações sociais que respondam às necessidades, expectativas, interesses e aspirações das diferentes pessoas, agentes, grupos e comunidades, em diferentes níveis e esferas do espaço público*.

Não obstante, para que isso seja possível, será necessário que a promoção e desenvolvimento destes espaços virtuais sejam constituídos como um aspecto prioritário das políticas de desenvolvimento da *infoestrutura social pública*, e que eles sejam abordados a partir de uma perspectiva que leve em consideração as necessidades de progredir tanto em *empowerment social e tecnológico* quanto no *fortalecimento dos direitos sociais à informação e comunicação*.

Os espaços e meios de *infocomunicação cidadã* precisam dispor, também, de recursos e referências reguladores que respeitem e preservem sua *autonomia e independência dos governos e corporações comerciais*. Neste sentido, uma importante responsabilidade dos estados consiste em *garantir o acesso público a estas tecnologias e a estes meios outorgando-lhes um status de bens comuns universais*.

Mas o desenvolvimento da *Internet cidadã* não será possível nestes termos se os cidadãos não tiverem *capacidades de acesso e controle sobre os recursos técnicos significativos*. Neste sentido, a possibilidade de ter *acesso e de administrar serviços e aplicações de qualidade e de apropriar-se de padrões técnicos abertos e livres*, são aspectos de singular importância.



Os povos indígenas e a sociedade da informação na América Latina e o Caribe: Um marco para ação¹

ihernandez@eclac.cl.
Argentina
scalcano@eclac.cl.
Chile.
Comisión
Económica para
América Latina
(CEPAL)
Março 2003

ISABEL HERNÁNDEZ
SILVIA CALCAGNO

A América Latina alberga quatrocentos povos indígenas, cerca de 50 milhões de indivíduos; a maioria sofre discriminações por sua pertença étnico-cultural e sobrevive em condições de marginalidade que contrastam com o mundo moderno que a rodeia. Sua exclusão econômica se baseia em *discriminações gerais*, similares às registradas pelas camadas pauperizadas do campo e da cidade; mas sua marginalização se aprofunda devido à *intolerância e à discriminação étnico-cultural*, presentes nas sociedades nacionais da região.

O paradigma de globalização econômica está agudizando os processos históricos de marginalização social dos povos indígenas, enquanto no plano cultural se propicia um processo de “homogeneização” que tenta socavar a identidade pluricultural do continente, desconhecendo que a construção de uma cidadania moderna traz consigo o desafio de conciliar as particularidades histórico-culturais de cada povo com a vocação universalista do desenvolvimento e a modernidade.

Não obstante, as causas do recrudescimento da exclusão indígena e sua atual marginalização da sociedade informática não são atribuíveis, exclusivamente, às relações de desigualdade geradas entre o centro e a periferia. Além delas, é preciso focalizar a análise na dinâmica interna destas sociedades e suas lideranças, nas relações de gênero y nos processos migratórios que definem diferenças entre grupos e indivíduos indígenas no que diz respeito ao nível educativo, nível de consciência étnica e sentido de pertinência, possibilidades de inserção em atividades não tradicionais e na aceitação ou rejeição dos meios digitais de informação e comunicação. Em alguns casos, intelectuais, dirigentes e organizações indígenas têm visto nas TICs uma valiosa oportunidade para irem além do nível local e atingirem presença regional, nacional e internacional. Em forma rápida e eficiente, apropriaram-se da tecnologia digital, na qual reconhecem potencialidades para fortalecerem seus processos político-organizativos, de comunicação, revitalização lingüística e cultural. Paralelamente, outros setores indígenas erguem vozes que denunciam as TICs como uma nova forma de ingerência da sociedade nacional, que procura somar as comunidades ao consumo informático pautado por interesses alienígenas.

Para potenciar a inclusão indígena na sociedade da informação, é preciso avançar na definição de propostas de inovação e políticas sociais de caráter reparador ou complementar, que fortaleçam as tentativas indígenas de superar o desafio da marginalização informática. As estratégias neste campo surgem nos povos originários que atingiram maiores níveis de coesão comunitária e de representação, direta e legítima, em organizações de segundo e terceiro grau. A sociedade política e a sociedade civil não-indígena, em alguns casos, começam a apoiar estes processos, geralmente de nível local. Contudo, em matéria de políticas públicas, não foi atingido o consenso necessário para se atuar em forma integral e coordenada, tentando reunir os esforços governamentais, da comunidade internacional e das parcerias da sociedade civil, a fim de impulsionar a denominada “oportunidade digital”.

Esta **Oficina Virtual sobre Inclusão Indígena nas TICs** é um espaço propício para aprofundar o debate conceitual e contribuir para a elaboração de um marco para a ação que facilite o acesso indígena às TICs, enquanto veículo de transformação social. A Oficina Virtual é uma janela aberta que soma propostas para uma ação integrada desde a maior diversidade de critérios, experiências e perspectivas culturais.

Programa específico de acesso indígena às TICs

Sublinhando que o *design* do programa surgirá de diagnósticos integrais realizados com a participação ativa dos povos originários, esboçamos a seguir alguns dos pontos centrais a serem contemplados por um *Programa de acesso indígena às TICs*, vinculado com as demandas das comunidades (direitos civis e humanos, governo municipal eletrônico, resguardo do meio ambiente, produção, educação autonômica bilingüe e intercultural, saúde integral, etc.) e coordenado, nos níveis local e descentralizado, com as políticas de desenvolvimento econômico, infra-estrutura básica (eletricidade, telefonia, rede viária, etc.) e de promoção da organização autônoma dos povos indígenas:

- Incorporação das condições mínimas de infra-estrutura básica nas áreas rurais mais postergadas e melhoramento da existente em toda a área de assentamento indígena, de forma a facilitar o acesso de uma massa crítica de novos usuários em número que pode chegar a ser significativo para as cifras nacionais, sobretudo em países como a Guatemala, o Equador, a Bolívia e o Peru.
- Diminuição do analfabetismo e incremento do nível

1. Estudo realizado em colaboração com o Instituto para la Conectividad en las Américas (ICA) (<http://www.icamericas.net>)

Desafios	Oportunidades	Propostas
• Preconceitos culturais das agências de governo, ONGs e amplos setores das sociedades nacionais. • Altos níveis de desconfiança dentro das comunidades indígenas com relação ao possível impacto perturbador das TICs nas pautas culturais e sociais. • Desfasagem da concepção cultural de tempo e espaço entre a sociedade indígena e a sociedade global. • Baixos níveis de alfabetismo e de alfabetização informática indígena. • Processos intra-comunitários que dificultam a apropriação das TICs. • Altos índices de desemprego; base econômica indígena fraca. • Velocidade nas mudanças tecnológicas, que dificultamos. • Elevados custos da infra-estrutura tecnológica, associados ao isolamento geográfico e à carência de serviços de infra-estrutura básica. • Altos níveis de obsolescência tecnológica. • Ausência de marcos legais que facilitem o acesso a linhas de crédito e/ou financiamento de programas tecnológicos. • Expansão das TICs orientada segundo a lógica de mercado. • Concentração da produção de hardware e software num pequeno núcleo de países industrializados. • Predomínio da língua inglesa no campo tecnológico.	• Experiência histórica dos povos indígenas na apropriação, com êxito, de bens culturais da sociedade global. • Ascensão do movimento étnico em nível continental. • Presença de novo tipo de lideranças. • Surgimento de organizações de segundo e terceiro grau. • Maior reconhecimento da sociedade global do rol desempenhado pelos povos indígenas na sustentabilidade do desenvolvimento. • Aumento da sensibilidade social internacional para com a situação e as demandas indígenas. • Experiências de auto-gestão econômica, política, cultural e informática indígena. • Crescente aumento do nível educativo da população, particularmente entre os migrantes, que gera a presença de um número significativo de profissionais indígenas. • Maior abertura à incorporação do enfoque de equidade de gênero. • Experiência social acumulada a partir da apropriação efetiva das TICs pelas pessoas e organizações que gestionam estratégias comunicacionais e informáticas em forma autônoma. • Capacidade instalada em recursos técnicos e humanos. Experiências realizadas de inclusão eletrônica por meio do modelo de acesso compartilhado (telecentros). • Aumento do capital social das comunidades. • Aumento da incorporação tecnológica para alfabetização informática na educação básica (eletricidade, telefonia, educação) e promovam a organização autônoma dos povos indígenas.	• Diminuição dos níveis de preconceito e discriminação nas sociedades nacionais, por meio de ações comunicacionais específicas. • Promoção de atitudes favoráveis às TICs na população e nos dirigentes indígenas. • Implementação de programas específicos de acesso (de curto, médio e longo prazos), projetados partindo de diagnósticos integrais realizados com a participação ativa das comunidades indígenas e respeitosos de suas estruturas sociais, culturais e econômicas. • Articulação com programas econômicos, sociais e culturais de longo prazo que contemplem investimento estratégico para prestação de serviços básicos (Itiiddtlfidã) processos de tomada de decisão comunitária. • Regulação jurídica da participação do setor privado em tais programas e apoio do setor público quando o mercado e sua dinâmica particular não puderem contribuir com soluções efetivas para combater a desigualdade social. • Implementação de programas de longo prazo que permitam a exploração intra-comunitária para decidir de que forma as TICs serão incorporadas, aceitando a premissa de que as comunidades indígenas podem decidir não utilizá-las da mesma maneira que outros grupos das sociedades nacionais.

- educativo da população originária em seu conjunto, e particularmente das mulheres.
- Promoção de atitudes favoráveis à incorporação das TICs, tanto entre os dirigentes quanto no conjunto da população.
- Ênfase nas transformações na educação básica de meninas e meninos: incorporação de programas de educação bilíngüe e intercultural (com presença de agentes, modalidades de transmissão do conhecimento e conteúdos culturais próprios) e, particularmente, impulso ao trânsito, a partir do paradigma pedagógico tradicional, para as propostas da pedagogia crítica, a fim de promover na população infantil comportamentos proativos/positivos e o desenvolvimento de marcos cognitivos conducentes ao usufruto da racionalidade e potencialidade das TICs.
- Impulso da modalidade de acesso compartilhado às TICs por meio de telecentros em áreas rurais e peri-urbanas.
- Reconhecimento oficial, normalização e divulgação da escrita das línguas indígenas, a fim de abrir espaços informáticos interculturais onde as manifestações de cada povo encontrem expressão em seu próprio código lingüístico, propiciando a produção de um âmbito de aplicação não tradicional para tais línguas.
- Identificação e capacitação de organizações indígenas de base, rurais e urbanas, que se encontrem em condições de auto-gestionar empreendimentos comunitários de inclusão informática.
- Auto-identificação de práticas locais que se potenciessem com o uso das TICs e, ao mesmo tempo, promovam sua incorporação.
- Estímulo da autogestão no manejo das novas tecnologias e na produção de conteúdos; fomento do processo de apropriação e capacitação dos usuários indígenas.
- Habilitação de instâncias de controle social, local e comunitário, que garantam a efetividade dos meca-



nismos de coordenação, controlem a administração dos recursos informáticos e supervisionem sua distribuição equitativa entre a comunidade.

- Abertura de fontes de trabalho com base nos novos recursos e habilidades disponíveis nas comunidades.
- Desenvolvimento de linhas de pesquisa a respeito das formas de apropriação, acesso, modalidades de uso, objetivos e projeção da participação atual na sociedade informática dos grupos e indivíduos indí-

genas, focalizando os estudos em profundidade de casos paradigmáticos e representativos. O *design* de tais pesquisas participativas orientará a exploração intra-comunitária para decidir a forma em que as TIC's serão incorporadas, a partir da premissa de que as comunidades indígenas possam decidir utilizá-las de maneira diferente que outros grupos dentro das sociedades nacionais.

rgarrido@iie.ufro.cl,
mmorales@iie.ufro.cl
avilla@iie.ufro.cl.
Chile.
Instituto de
Informática
Educativa de la
Universidad de la
Frontera de
Temuco.
Março 2003

Formando Cidadãos para a Sociedade da Informação: A experiência dos Operadores da Rede de Informação Comunitária

RODRIGO GARRIDO
MANUEL MORALES
ALEJANDRA VILLARROEL

1. É importante assinalar que a Região de La Araucanía é a zona do país que apresenta o menor índice de Desenvolvimento Humano (Informe PNUD Las Comunas de Chile, 2002).

2. Ambos Telecentros foram os primeiros centros comunitários de acesso às TIC que existiram no país. Durante esse mesmo ano foi implementado o Telecentro Comunitário "El Encuentro", em Peñalolén – Santiago, administrado pela Corporación El Encuentro (www.elencuentro.cl).

3. Consejo Nacional de Investigación Científica y Tecnológica.

4. Universidad de La Frontera.

5. Governo Regional de La Araucanía.

6. Corporação de Fomento da Produção.

7. Subsecretaria de Telecomunicações.

8. Telefónica del Sur.

9. Servicio de Cooperación Técnica

10. Fundo de Desenvolvimento das Telecomunicações.

11. Diretoria de Bibliotecas, Arquivos e Museus.

12. Primeiro Semestre de 2003.

Desde a década de 90, o Instituto de Informática Educativa da Universidad de La Frontera (Chile) desenvolve ações destinadas a superar as lacunas digital e cognitiva, tanto em escala nacional como regional (Araucanía). Implantou-se no país o projeto-piloto que assentou as bases da *Red Educacional Enlaces*, do Ministério da Educação (www.redenlaces.cl). Já na escala regional, suas ações se localizam no Programa "Red de Información Comunitaria" (www.redcomunitaria.cl).

Reconhecendo propósitos semelhantes, assim como públicos diferentes, a *Red de Información Comunitaria* retirou várias lições de *Enlaces* (pedagógicas, técnicas e de gestão), todas elas úteis para gerar um programa que, no plano tecnológico, realizou a implementação de uma rede de Telecentros Comunitários e que, no plano de formação, desenvolve um programa de capacitação para operadores de Telecentros cuja finalidade é gerar –em indivíduos da própria comunidade–, conhecimentos e habilidades para administrar esses centros de acesso às TIC.

O objetivo deste artigo é expor o modelo de formação de operadores, enfatizando tanto as características dos indivíduos a serem capacitados, como os aspectos substantivos do modelo, ressaltando o caráter integral deste processo (formação nas áreas de: gestão, técnica, software e comunitária).

1. O que é a *Red de Información Comunitaria*?

De acordo com Araya e Orrego, esta Red de Información é um grupo de Telecentros Comunitarios e Infocentros distribuídos em diferentes localidades de La Araucanía¹, cujo funcionamento é coordenado pelo Instituto de Informática Educativa de la Universidad de la Frontera (www.iie.ufro.cl)^[1].

Esta rede conta, atualmente, com 31 centros de acesso comunitário às TIC, os quais, em sua maioria, dependem administrativamente de Municípios. O processo de implementação e expansão da Red de Información Comunitaria pode ser resumido da seguinte maneira:

Data	Situação	Fonte de Financiamiento
1997	Implementação de Telecentros Comunitários em Cunco e Temuco ²	Conicyt ³ , UFRO ⁴ , Municípios de Cunco e Temuco
1999	Implementação de dez Telecentros Comunitários e fortalecimento de um	GoRe ⁵ , UFRO e Municípios de La Araucanía
2000	Implementação de cinco Telecentros Comunitários	BancoEstado, UFRO e Municípios de La Araucanía
2001	Implementação de um Telecentro Comunitário e fortalecimento de quatro	CORFO ⁶ , SubTel ⁷ , UFRO, TelSur ⁸ e Municípios de La Araucanía
2002	Implementação de três Infocentros para MyPes e fortalecimento de um	SERCOTEC ⁹ , UFRO e Associação de Municipalidades de Nahuelbuta
Fines 2002	Implementação de oito Telecentros Comunitários	FDTII ¹⁰ , UFRO, DIBAM ¹¹ y Municípios de La Araucanía
2003 ¹²	Implementação de três novos Telecentros Comunitários	FDTII, UFRO, DIBAM e Municípios de La Araucanía

2. Operador: figura-chave no Desenvolvimento de um Telecentro Comunitário

Reunindo os elementos centrais de diversas definições que existem sobre um operador de Telecentro^[2], é possível concluir que ele é a pessoa que faz a intermediação entre o usuário e a tecnologia. Geralmente pertence à comunidade na qual desenvolve sua atividade, o que é coerente com um modelo de desenvolvimento local. Além disso, o fato de ele conhecer os membros de sua comunidade favorece a geração de um ambiente de empatia e de comunicação propício para desenvolver atividades entre a comunidade e o Telecentro.

2.1 Perfil do Operador de Telecentros Comunitários

Este perfil considera três dimensões: gestão do Telecentro, relação com a comunidade e produção de conteúdos locais. Para cada uma dessas dimensões assinalam-se algumas qualificações com as quais o operador deve contar e que fazem parte do processo formador implementado pelo Instituto de Informática Educativa.

a) Quanto à gestão do Telecentro Comunitário:

- Especialização no uso de recursos informáticos, cujo principal papel é mediar entre as tecnologias e os usuários dos serviços do Telecentro.
- Capacidade para gerar alianças no interior da comunidade, a fim de potencializar a utilização do serviço e a ampliação de sua oferta de recursos.
- Promover uma estratégia de sustentabilidade econômica e social para o Telecentro.

b) Do ponto de vista de sua relação com a comunidade:

- Alto conhecimento das redes locais, organizações comunitárias da comunidade e de sua estrutura orgânica, com o objetivo de aproximar as tecnologias dos problemas que elas possuem.
- Relacionador entre a comunidade e o telecentro.

c) Do ponto de vista da produção de conteúdos locais:

- Capacidade para acentuar temas que são importantes e pertinentes para a comunidade.
- Capacidade para gerar as condições que permitam conhecer e sistematizar as demandas de informação oriundas da comunidade.
- Capacidade para implementar conteúdos locais na plataforma tecnológica de difusão¹³

Reconhecendo o que foi assinalado, é importante expor as características do grupo de operadores da Red de Información Comunitaria, porque é o que configura o cenário no qual se trabalhou para desenvolver os processos formadores no que se refere aos operadores de Telecentros.

Do ponto de vista de gênero, existe uma leve maioria de mulheres que desempenham atividades como operadoras (52%), o que pode ser explicado pela maior implementação de Telecentros Comunitários em Bibliotecas, espaços tradicionalmente associados ao sexo feminino.

Do ponto de vista etário, as idades variam entre 21 e 50 anos, concentrando-se a maior quantidade de pessoas entre 21 e 30 anos (66%). No que diz respeito aos estudos realizados, a maior porcentagem de operadores se concentra no nível Secundário (65%) e Superior Incompleto (26%). É importante assinalar que os motivos que explicam a concentração dos indivíduos nos níveis educativos assinalados são, principalmente, a situação geográfica das comunidades de origem dos operadores – afastadas dos centros de estudos superiores da Região – e a ausência de recursos econômicos para dar continuidade aos estudos.

2.2 Modelo de Formação de Operadores de Telecentros

O projeto metodológico elaborado para o processo de formação de operadores tem como eixos centrais os conceitos de: confiança, aprendizagem colaborativa, pedagogia lúdica e desenvolvimento de espírito crítico. Nesta definição foi resgatada a experiência capacitadora da Red Educacional Enlaces, quanto a outorgar às TIC o papel de recurso tecnológico facilitador de aprendizagens¹⁴.

Pelo que foi dito, a configuração de um ambiente lúdico destinado ao estabelecimento de confiança entre a equipe de capacitação e os futuros operadores foi definida como condição necessária para conseguir a interação entre indivíduos e educadores. Esta situação é ainda mais relevante para o processo formador consideran-

do-se que a maioria dos futuros operadores não conta com processos de escolarização finalizados e/ou ficam vários anos fora do sistema de educação formal.

A modalidade educativa definida para implementar o processo de ensino-aprendizagem tem duplo aspecto: presencial e à distância, associando a cada uma das modalidades, atividades, estratégias de intervenção pedagógica e recursos tecnológicos.

As sessões de capacitação são desenvolvidas no laboratório de informática do Instituto de Informática Educativa, por meio de uma dinâmica pedagógica caracterizada por três etapas: apresentação, ação pedagógica e avaliação.

Na etapa de apresentação realiza-se a introdução do conceito ou habilidade que se quer desenvolver durante a sessão de capacitação. Na ação pedagógica, o papel central é desempenhado pelos operadores, que realizam atividades destinadas a se apropriarem de conceitos, como por exemplo: análise do conceito de navegação. Finalmente, na etapa de avaliação, transita-se entre a modalidade co-avaliativa e a auto-avaliação, sendo princípio básico desse projeto a geração de um ambiente que permita tanto uma retroalimentação para cada operador, como o fortalecimento do espírito crítico coletivo.

Neste aspecto da modalidade presencial, a ocorrência dos conceitos-chave se estrutura de forma variada ao longo das etapas no processo de capacitação, sem prejuízo do que existem certas características que possuem um caráter transversal à capacitação: a confiança, a crítica, a colaboração e o lúdico. Tudo isso é relevante considerando que, devido às características dos operadores, o mais importante é gerar um clima de confiança, no qual se baseia o processo pedagógico.

A modalidade à distância se circunscreve limita a dois objetivos: provocar uma apropriação maior, dos conteúdos e habilidades apresentados nas sessões presenciais, e fortalecer a rede social [3] formada entre operadores e membros da coordenação da Red de Información Comunitaria. Para atingir esses objetivos foram elaboradas atividades que se encontram associadas a uma série de recursos tecnológicos.

2.3 Âmbitos de formação e conteúdos do programa de capacitação de operadores de Telecentros

São cinco os níveis que compõem o processo de formação de operadores: Gestão, Técnico, Software e Sistema de Informação, Avaliação e Comunitário.

A determinação desses cinco níveis baseia-se na análise das dimensões definidas como essenciais para o desenvolvimento da atividade como operador.

Conteúdos do Programa Anual de Formação de Operadores de Telecentros Comunitários

13. Portal Red de Información Comunitaria

14. É preciso assinalar que a equipe de educadores da Red de Información Comunitaria projetou tanto o modelo pedagógico como os materiais de capacitação do programa "Red Enlaces Abierta a la Comunidad: 2002-2005", que, durante o ano de 2002, permitiu a capacitação em usos básicos de TIC de 15.000 Pais e Procuradores relacionados com os estabelecimentos educacionais chilenos. Esses materiais y que constituem a base da Campanha Nacional de Alfabetización Digital incentivada pelo Governo do Chile.

Alfabetización está a cargo del diseño de los materiales de capacitación de la Campaña Nacional de Alfabetización Digital impulsada por el Gobierno de Chile

15. Programa Nacional
de Infocentros

16. Projeto "Red Enlaces
Abierta a la Comunidad".

Gestão	• Atenção Público • Resolução de Conflitos • Gestão Contábil • Registro Usuários
Técnico	• Armado de Equipes • Uso de Antivírus • Problemas Típicos de Telecentros • Configuração de Hardware
Software	• Uso de Suite Office • Uso de Star Office • Uso de Serviços • Uso de Portais Internet • Seleção de Software
Avaliação	• Procedimentos • Preparação de um Cabildo • Elaboração de Informes
Comunitario	• Autocuidado • Projeto de um Plano Estratégico • Animação de Grupos • Geração de Redes

3. Resultados

Os resultados mais relevantes têm relação com duas situações: em primeiro lugar, o incremento no nível de apropriação tecnológica que se observa nos operadores como resultado do processo formador e, em segundo lugar, a crescente autonomia dos operadores com relação à coordenação da Red de Información Comunitaria, para executar programas de capacitação em uso básico de TIC, em suas respectivas comunidades.

No decorrer de um programa anual de formação, é possível observar o aumento importante dos níveis de apropriação tecnológica dos operadores, caracterizado pela obtenção de conhecimentos e habilidades TIC, o que resulta em sua promoção ao nível de apropriação imediatamente superior (Nulo – Baixo e Baixo – Médio). O processo de promoção entre os níveis Médio e Alto requer um aprofundamento no processo formador e, portanto, do ponto de vista temporal, consegue-se, em termos gerais, somente a partir de 24 meses de participação no programa, contando com a completa disposição do operador.

O segundo resultado relevante mantém relação com a autonomia obtida pelo operador para implementar processos de habilitação em suas comunidades, que começam a ser operacionalizados no segundo semestre do processo de desempenho como operador, seguindo uma rotina que considera o acompanhamento nas ações de capacitação da coordenação para, pos-

teriormente, assumir maior desempenho como "facilitador pedagógico", o que finaliza com a execução de uma sessão completa de habilitação, processo que é observado e avaliado pelos encarregados de capacitação da Red de Información Comunitaria.

Os processos de habilitação destinam-se, principalmente, a grupos organizados das comunidades, por exemplo: Dirigentes Vicinais, Microempresários, Seminários Trabalhistas e Grupos de Adultos, pelo que se torna indispensável – para o sucesso dos processos de habilitação – a existência de códigos culturais comuns entre os participantes das sessões de habilitação, assim como a necessária pertinência que deve existir no programa curricular.

Ao assumir o desafio de gerar capacidade técnicas em indivíduos que administram Telecentros Comunitários, o resultado foi o desenvolvimento de uma rede de operadores altamente motivados, conscientes de suas limitações e de suas capacidades, mas que contam com as competências necessárias para agir com eficácia num ambiente tecnologizado como é o Telecentro. O valor que este processo formador tem para pessoas de escolaridade variada e nível inicial de apropriação tecnológica deficiente mostra a eficiência de um modelo de formação que centraliza seu projeto e implementação no trabalho coletivo que combina tradição pedagógica com tendências atuais e que se encontra mediatizado pelas TIC.

Atualmente, uma versão refinada deste modelo faz parte do pacote tecnológico dos telecentros comunitários geridos pelo Instituto de Informática Educativo. Além disso, componentes do pacote tecnológico foram transferidos a instituições públicas do país para o esboço e a implementação de políticas nacionais de formação de recursos humanos em TIC e de superação da lacuna digital: *Subsecretaría de Telecomunicaciones*¹⁵ y *Red Educacional Enlaces*¹⁶.

4. Referências

- [1] ARAYA, R., ORREGO, C. (2002). *Internet en Chile: Oportunidad para la Participación Ciudadana*, PNUD.
- [2] KHLADI, Y. (2001). *Recomendaciones (a gobiernos y agencias) para el diseño e implementación de proyectos nacionales o regionales de apoyo o promoción de telecentros*. Revisado em 02 de novembro de 2002 de <http://www.kiskeya-alternative.org/yacine/pub/recomend-tc1.htm>.
- [3] ELKAIN, M. (1989). *Las prácticas de la Terapia en Red*. Barcelona: Gedisa. Subsecretaría de Telecomunicaciones e Red Educacional Enlaces.